

POSICIONAMENTO REAJUSTE PROFESSORES

O cenário da última semana do ano legislativo na Assembleia do Rio Grande do Sul é preocupante. A pressão de diversas categorias do funcionalismo público pela aprovação de aumentos salariais, criação de cargos, chancela de planos de carreira e pagamento de verbas indenizatórias é intensa. No primeiro sinal de alívio fiscal do Estado, a mesma mentalidade que nos conduziu ao desastre, a cinco anos ininterruptos de atrasos salariais e à perda de competitividade, retorna com bastante força, como se o Estado estivesse a serviço de seus funcionários e não de todo cidadão gaúcho.

Essa legislatura enfrentou reformas e privatizações que somadas ao excessivo socorro aos estados enviado pela União permite que o Rio Grande do Sul tenha hoje um cenário fiscal menos problemático. Isso não significa, no entanto, que esse suspiro deva se transformar em reajustes salariais, planos de carreira ou benefícios - que serão despesa permanente. Parte do cenário fiscal favorável tem sido às custas da inflação, que aumenta a arrecadação mas corrói o poder de compra de todo cidadão gaúcho, principalmente os mais pobres. É preciso lembrar, que enquanto dezenas de milhares de brasileiros perderam seus empregos, seus negócios e até suas vidas, o funcionalismo público manteve sua estabilidade intacta. É difícil dizer, mas ninguém mais do que os funcionários públicos do Brasil - talvez exceto os da saúde e da segurança - tiveram maior segurança em trabalhar no regime de teletrabalho, mais protegidos da pandemia e totalmente protegidos do desemprego.

Em todo esse contexto, a situação da carreira do magistério é a mais sensível. A Bancada do NOVO compreende a situação da categoria e a legitimidade dos pleitos por valorização salarial. No entanto, não podemos flertar com a irresponsabilidade e com a demagogia. O Governo do Estado, na tentativa de cumprir a Lei do Piso Nacional, enviou um projeto que previa, em média, um reajuste de 32% aos professores da ativa. A lei federal impõe um critério draconiano, que não leva em conta as peculiaridades do Estado, o cenário de crise fiscal e, muito mais importante, a delicada realidade das pessoas que estão fora do serviço público.

Por mais importante que seja a carreira do magistério estadual, a ideia de um aumento elevado e indiscriminado não é razoável. Com a proposta do Governo, o piso alcançaria o valor de R\$ 3.809,92. Visto isoladamente, o número pode parecer modesto. Mas o fato é que o Brasil está sofrendo os efeitos da crise pós-pandemia, com 13,4 milhões de desempregados e com uma queda da renda média do trabalhador, que já é a menor desde o final do ano de 2012, situada

atualmente em R\$ 2,5 mil. Além disso, quase 20 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, estão passando fome.

A Lei Federal do Piso impõe o reajuste. O Governo do Estado parecia ter encontrado a proposta possível. No entanto, há pressão para que o reajuste seja ainda mais extenso, alcançando também todos os professores inativos, cuja média salarial é de R\$ 4,8 mil, que em muitos casos chega a mais de 7 mil, casos em que não haveria nenhum reajuste.

Se prosperasse a ideia do aumento generalizado, o impacto fiscal nas já combalidas contas do Estado ultrapassaria a marca de R\$ 1 bilhão, consumindo metade da economia alcançada com as reformas das carreiras e da previdência implementadas a duras penas em 2019 e 2020.

Em uma tentativa de meio termo, o governo agora propõe garantir um reajuste mínimo de 5,53% a todos o que vai elevar o impacto fiscal da proposta de R\$ 650,00 milhões para R\$ 730,00 milhões. Pode parecer razoável. Um pequeno aumento para quem já está no topo da carreira - e aposentado, com um impacto fiscal relativamente pequeno perto do que poderia ser.

O problema é que ao ceder nesse ponto, começam-se os questionamentos quanto às demais categorias do funcionalismo público. Analistas jurídicos, econômicos e de contabilidade, por exemplo, da Secretaria de Planejamento - que inclusive tem concurso aberto com mais de 600 vagas - entram no serviço público sem plano de carreira, com salário de R\$ 3.300 e não terão qualquer reposição - assim como os centenas de milhares de servidores de outras áreas - inclusive da saúde, os que mais trabalharam na pandemia.

Não à toa, servidores do Tribunal de Contas já pressionam pela aprovação do seu plano de carreira, com salários que variam de R\$ 7.800,00 a R\$ 26.100,00. O mesmo para os servidores da defensoria, onde os vencimentos chegam a R\$ 13.770,01.

E não são só as corporações do serviço público que pleiteiam auxílios. Na pauta de votações da Assembleia também há R\$ 88,5 milhões de reais para as empresas do transporte público metropolitano. Se é verdade que a pandemia as afetou diretamente, também é verdade que elas jamais venceram uma licitação pública para prestar o serviço e tem, e sempre tiveram, péssima avaliação entre os usuários. Enquanto isso, em atestado de incompetência que deveria estampar os jornais diariamente, o governo só conseguiu pagar em torno de 13% dos pouco mais de R\$ 100 milhões que prometeu a mulheres chefes de família, trabalhadores desempregados, microempreendedores individuais e empresas do simples. Quase 90 mil ainda aguardam o governo resolver suas próprias burocracias - que jamais acontecerão para pagar as grandes empresas do transporte ou o funcionalismo público.

E esse é justamente o ponto central da discussão. Professores, médicos, enfermeiros, policiais têm seus legítimos pleitos de reajuste, recomposição, planos de carreira. Mas e os outros 11 milhões de gaúchos que pagam a conta? Milhões estão desempregados, outros milhares estão passando fome.

A Bancada do NOVO se opõe a essa tentativa de elevar mais ainda um reajuste que já é expressivo e batalhará para que as corporações, que estão a pressionar diuturnamente o Parlamento por mais aumentos e benefícios, voltem imediatamente à realidade. Não é admissível que não tenhamos aprendido lição alguma com a crise pela qual passou o Estado nos últimos anos. E essa crise não acabou. É inaceitável que passemos a nos comportar como se o cofre estivesse cheio e como se boa parte do povo gaúcho, sem estabilidade e sem garantia de renda, pudesse arcar com mais um episódio de irresponsabilidade com o dinheiro público.